A crise dos improvisos

ARGENTINA | As soluções de emergência funcionaram razoavelmente até 2011, mas podem ter chegado ao limite

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

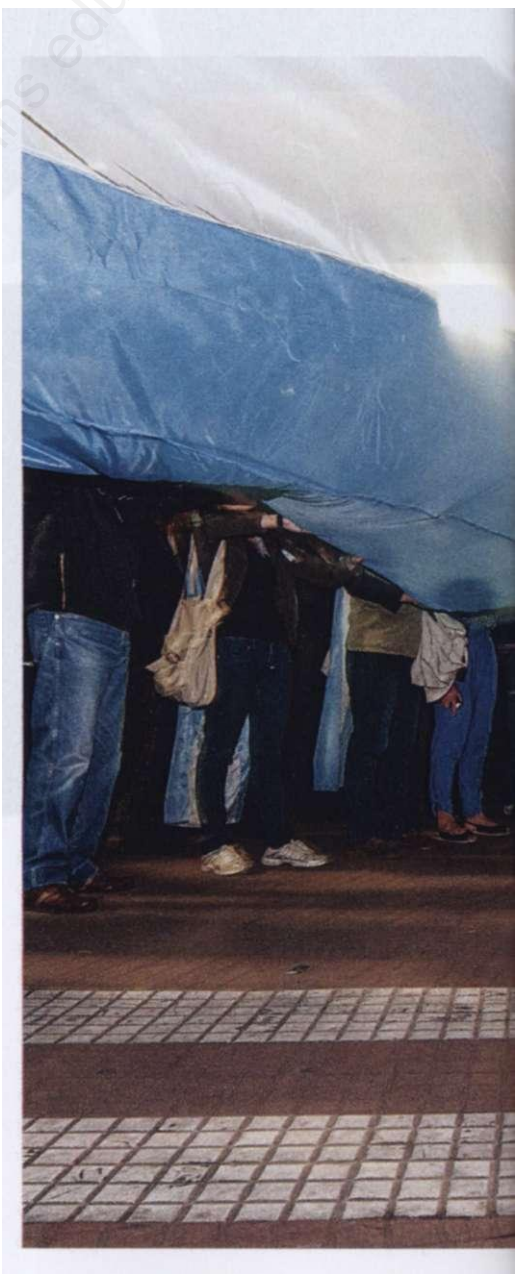
A ENXURRADA de notícias negativas sobre a Argentina responde à realidade econômica ou ao acirramento de conflitos com interesses transnacionais e conservadores, principalmente aqueles relacionados à reestatização da YPF (que afeta a Repsol e o sistema financeiro espanhol) e à Lei de Mídia (que impõe o desmembramento do Grupo Clarín até 7 de dezembro e põe limites a outros grupos privados)? Ambas as coisas.

Um problema objetivo e agudo é a escassez interna de divisas, que levou o governo argentino a impor restrições às importações e ao câmbio que não eram vistas desde a abertura neoliberal dos anos 1980 e afetam o dia adia das empresas, da classe média (acostumada a poupar em dólares) e até de governos locais. Exemplo disso foi o recente semicalote da província do Chaco, que, por não dispor de moeda estrangeira para um vencimento de juros de meros 250 mil dólares, pagou-os em pesos, em 3 de outubro, ao câmbio oficial, 30% abaixo do paralelo. Apesar do valor relativamente insignificante, o incidente fez agências internacionais alertarem sobre o risco da Argentina e de suas empresas.

Na véspera, o navio-escola argentino *Libertad,* construído nos anos 1960, tinha sido arrestado no porto de Tema, perto da capital de Gana, por ordem de um juiz local a pedido de um "fundo abutre" dos EUA, um dos que compraram a preço irrisório títulos da dívida afetada pelo calote de 2001 para tentar extorquir lucro por vias judiciais. Talvez mais grave que a possível perda do navio é a suspeita de uma sabotagem interna ao governo. Horácio Verbitsky, jornalista do *Página/12,* demonstrou com documentos que o itinerário do navio foi alterado da Nigéria (onde a Argentina tem embaixada) para Gana (onde não a tem) por ordem do ministro da Defesa e do comandante da Marinha com o pretexto de "instabilidade" no primeiro país, embora esta se refira a atentados no interior. Era política não enviar o navio a países sem embaixadas, pela dificuldade de prever e prevenir tais incidentes, e o vice-chanceler recomendara que o navio não saísse do âmbito da Unasul. O comandante da Marinha, almirante Carlos Paz, e a diretora de inteligência militar, Lourdes Puente Olivera, foram afastados. A segunda, de acordo com o jornalista, tem conexões com setores anti-kirchneristas e interesses transnacionais dos EUA e da Europa.

A oposição tem todo o interesse em acentuar, exagerar e mesmo provocar dificuldades. Mas o nó do problema está no fato de a Argentina, devido à situação insustentável em que foi colocada pelo fracasso do neoliberalismo e da conversibilidade nos anos 1990, ter sido empurrada para um rompimento radical com o sistema financeiro internacional sem que sua estrutura econômica e institucional lhe permitisse uma reforma econômica e política compatível com a situação. O país ficou, por isso, pendurado em um meio-termo contraditório entre um modelo "bolivariano" de nacionalismo desenvolvimentista sem concessões e um modelo "brasileiro" de pactos com as elites para fazer avançarem reformas sociais e econômicas moderadas.

Venezuela, Bolívia e Equador têm o gás e o petróleo como importantes produtos



PAUL J. RICHARDS/AFP

Os argentinos ficaram suspensos entre o modelo bolivariano e o brasileiro, cheio de contradições

Acabou a magia? *Crescimento baixo e inflação alta aumentam os protestos contra Kirchner*

PATRICIO MURPHY/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP

de exportação e puderam recuperar seu controle político, com o qual puderam administrar suas balanças comerciais e ampliar investimentos em infraestrutura e programas sociais. Seus governos se impuseram a instituições desmoralizadas por anos de caos político, reestruturando-as com plebiscitos e constituintes respaldadas pelo povo.

A Argentina teve uma convulsão política entre 2001 e 2003, mas não com a mesma gravidade. A Constituição ainda é a de 1853, reformada pela última vez no auge do neoliberalismo, em 1994. A crise deixou a elite quase intacta, na oposição e no controle do setor agroexportador, do qual a balança comercial é cada vez mais dependente. O petróleo já foi importante na pauta de exportações, mas a queda da produção da YPF obriga a Argentina a importá-lo em quantidades crescentes: cerca de 7% do consumo em 2011,15% neste ano.

A resposta do governo foi a reestatização da YPF em abril de 2012, que se soma às dos Correos Argentinos (2003), da Aguas Argentinas (em 2006) e das administradoras de fundos de pensão e da Aerolineas Argentinas (em 2008). Medidas que foram justificáveis ante o baixo investimento privado ou não cumprimento das condições da concessão, mas que forçam o Estado a retomar a responsabilidade direta pelos investimentos e tarifas. Ou as reajusta de acordo com os custos reais, o que é impopular e colabora para a pressão inflacionária, ou tenta mantê-las baixas sem piorar a qualidade dos serviços, o que complica as contas públicas.

Problemas com deterioração de serviços e ameaças de reestatização também

rondam os setores de distribuição de gás e energia elétrica, transportes ferroviários, telefonia e o restante do setor petrolífero. Os problemas são semelhantes e decorrem do mesmo círculo vicioso. Os investimentos são reduzidos pela dificuldade de acesso da Argentina ao mercado internacional, pela má vontade do setor privado e pela pressão do governo contra os reajustes de preços e tarifas. A deterioração da infraestrutura freia o crescimento, inibe outros investimentos em produção e pressiona ainda mais os preços.

O círculo vicioso talvez pudesse ser rompido se o cenário mundial fosse mais favorável e as perspectivas no longo prazo fizessem as restrições do setor financeiro externo à Argentina, resultantes da moratória de 2002 e do acordo que impôs perdas de 65% a 75% aos credores em 2005, ser relaxadas pouco a pouco, mas as crises que afetam os países ricos desde 2007 praticamente fecharam esse caminho. Os únicos financiamentos internacionais que o país obteve desde o calote vieram da Venezuela e foram insuficientes para suas necessidades.

Desde então, o governo dos Kirchner reage à piora das expectativas com improvisos, incluindo as medidas protecionistas arbitrárias que o desgastam tanto na classe média e setores do empresariado quanto entre os parceiros comerciais, notadamente os do Mercosul. Mas a mais contraproducente e que mais acumula problemas a médio prazo foi a intervenção do então presidente Néstor no Indec, equivalente argentino do IBGE, em janeiro de 2007. Desde então, os índices do governo têm subestimado sistematicamente a inflação real, criando distorções crescentes e tornando as estatísticas oficiais inúteis. De janeiro de 2007 a setembro de 2012, a inflação acumulada seria de 62,1% (média anual de 8,9%), segundo o Indec, e 208,1% (média anual de 22%), segundo o "índice do Congresso", uma média de estimativas de economistas enviadas a partidos de oposição para que estes a divulguem, pois, desde o ano passado, o governo multa a divulgação de índices alternativos por consultorias e organizações de defesa do consumidor. Em setembro de 2012, o índice oficial acumulado em 12 meses foi de 10%, o "índice do Congresso" de 24,3%, e o Banco Mundial estimou 22%.

Com a economia em rápido crescimento (8,7% em 2007,6,8% em 2008,0,9% em 2009,9,2% em 2010 e 8,9% em 2011), a distorção não chegava a impedir que os salários da maioria das categorias fossem preservados ou mesmo aumentassem em termos reais. No fim de 2011, o crescimento oficial da era Kirchner era de impressionantes 95% (uma média de 7,75% ao ano, durante nove anos) e garantiu que Cristina fosse reeleita em primeiro turno com 54,1% dos votos, apesar de todos os pesares. Os índices de PIB inspiram alguma suspeita (economistas independentes estimaram 7% em 2011), mas não há dúvida de que o crescimento foi alto.

Mas, em 2012, com expansão fraca - expectativa oficial de 3,4%, 2% para o Banco Mundial, 0% a 1% segundo a oposição - as reivindicações de reajustes de preços, salários e tarifas, que o governo pretendia conter juntamente com o índice, tornam-se cada vez mais difíceis de administrar ante a falta de consenso sobre a inflação real. A popularidade da presidenta despencou para 24% na última pesquisa, no mês passado. Em 13 de setembro, a oposição conseguiu organizar um panelaço nacional e duas das cinco centrais sindicais tentarão organizar uma greve geral em 8 de novembro e pôr 1 milhão de pessoas nas ruas. No início de outubro, policiais militares e guardas costeiros se amotinaram e fizeram greve, encerrada apenas com a demissão de seus líderes.

O FMI deu prazo até 17 de dezembro para a Argentina adotar padrões internacionais de qualidade no cálculo de índices de preço e PIB, com a ameaça implícita de suspensão da organização. O descrédito do índice oficial também inibe a desdolarização da economia argentina, desestimulando ainda mais a poupança em pesos. A defasagem retarda ainda o reajuste do câmbio oficial, aumenta os custos internos em dólares e reduz a competitividade da economia, dificultando as exportações e a acumulação de divisas. E se há de fato distorção no cálculo do crescimento econômico, isso onera o Tesouro, pois a dívida, desde a troca de bônus de 2005, é parcialmente indexada pelo PIB oficial.

Retornar a estatísticas realistas em um ano difícil, como é este e provavelmente será também o próximo, daria muita munição à oposição, empenhada em impedir uma emenda que permita a terceira eleição de Cristina Kirchner em 2015. Mas é cada vez mais claro que essa medida é necessária, ainda que não suficiente, para começar a desfazer a embrulhada.

Ante a inflação alta, o governo optou por falsear o índice. Hoje o feitiço volta-se contra o feiticeiro

Sabotagem? *Suspeita-se que setores da Marinha conspiraram para embaraçar o governo*

DAVID ADADAVOH/AFP

Uso exclusivo para fins educacionais.

Fonte: Carta Capital , São Paulo, ano 18, n. 721, p. 60-63, 31 out. 2012.